

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA SECRETARIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – SELC DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS.

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026
(Processo Administrativo nº 001047/2025-57)

SETA SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.894.014/0001-03, com sede na Avenida Tancredo de Almeida Neves, nº 1411, Bairro Jardim Califórnia, em Cuiabá/MT, CEP 78.070-385, telefone: (65) 3621-8673, endereço eletrônico: setaservicoscba@hotmail.com, neste ato representada por sua sócia administradora, Sr. Vitor Paulo da Silva, brasileiro, em união estável, empresário, portador do RG nº 1265405-1-SSP/MT e do CPF 912.530.551-49, residente e domiciliado em Primavera do Leste/MT, vem, respeitosamente, com fulcro no Art. 164 da Lei nº 14.133/2021 e conforme disposições do Edital, apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

I. DA TEMPESTIVIDADE.

O instrumento convocatório estabelece que qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame. Considerando que a abertura da sessão pública está agendada para o dia 10/03/2026, a presente peça é plenamente tempestiva.

II. DOS FATOS E DAS EXIGÊNCIAS QUESTIONADAS.

O Município de Campo Grande, por meio da SELC, publicou o Edital de Pregão Eletrônico nº 013/2026 visando a contratação de serviços de limpeza para as unidades de saúde, com valor anual estimado em R\$ 36.652.707,37.

Todavia, ao analisar as condições de habilitação econômico-financeira previstas nos itens 7.1.3, alíneas "c" e "d" do Edital (replicando o item 10.7.2.3 do Termo de Referência), **observa-se a exigência cumulativa de:**

- | |
|---|
| a) Capital Circulante Líquido (CCL) mínimo de 16,66% do valor estimado anual da contratação; |
| b) Patrimônio Líquido (PL) mínimo de 10% do valor anual estimado da contratação. |



Tais percentuais, aplicados sobre o vultoso valor estimado, criam uma barreira de entrada que restringe severamente a competitividade, carecendo de fundamentação técnica proporcional no planejamento da contratação, conforme motivos de direito a seguir expostos:

III – DO DIREITO E DA FUNDAMENTAÇÃO

A Lei nº 14.133/2021 estabelece que as contratações devem submeter-se a práticas de gestão de riscos. O Mapa de Riscos (Anexo II do ETP) identificou o Risco 3 ("Contratação de empresa sem qualificação técnica ou econômica adequada") e o classificou como nível "Alto".

Contudo, a fixação do CCL em 16,66% — percentual que corresponde a dois meses de faturamento — **não foi acompanhada, no Estudo Técnico Preliminar (ETP), de um estudo quantitativo que justificasse por que percentuais inferiores seriam insuficientes para mitigar tal risco.**

A gestão de riscos exige que as medidas mitigadoras sejam **calibradas e motivadas**, e não apenas fixadas em patamares máximos de forma abstrata.

Com efeito, **a exigência simultânea de PL e CCL** em níveis elevados configura uma **dupla barreira econômico-financeira**. O Patrimônio Líquido já atesta a solidez estrutural da empresa, enquanto o CCL demonstra sua liquidez operacional.

O Tribunal de Contas da União, VEDA a dupla exigência, entendimento este sumulado através da Súmula 275, "verbis":

SÚMULA TCU 275: Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços.

Exigir 16,66% de CCL em um contrato cujo valor anual ultrapassa R\$36 milhões obriga a licitante a demonstrar um capital disponível de mais de R\$6,1 milhões, valor este somado à exigência de R\$ 3,6 milhões de Patrimônio Líquido.

Tal cumulatividade fere os princípios da **razoabilidade, proporcionalidade e ampla competitividade** previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

O entendimento consolidado dos tribunais de contas orienta que a Administração deve exigir apenas o **mínimo necessário** para garantir a execução contratual, senão vejamos:

DENÚNCIA. PREGÃO ELETRÔNICO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERCEIRIZAÇÃO. INDEVIDA A EXIGÊNCIA DE REGISTRO DA EMPRESA, DO RESPONSÁVEL TÉCNICO E DOS ATESTADOS DE CAPACITAÇÃO NO CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO . **AUSÊNCIA DE**



JUSTIFICATIVA PARA OS ÍNDICES FINANCEIROS FIXADOS NO EDITAL. IRREGULARIDADE. CUMULAÇÃO DAS EXIGÊNCIAS DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO E GARANTIA DE EXECUÇÃO. IRREGULARIDADE . PROCEDÊNCIA PARCIAL. APLICAÇÃO DE MULTA. INGERÊNCIA EXCESSIVA DO ÓRGÃO NA ADMINISTRAÇÃO DA CONTRATADA. IMPROPRIEDADE . RECOMENDAÇÕES. 1. A determinação de comprovação de inscrição em entidade profissional deve estar atrelada à atividade principal envolvida na execução do contrato. 2 . A apuração da qualificação econômico-financeira dos licitantes está diretamente relacionada às peculiaridades de cada contratação, inexistentes índices pré-determinados na legislação pertinente, que exige, porém, a justificativa dos valores fixados no edital, sobretudo quando distintos dos usualmente exigidos pela Administração. 3. É irregular a cumulação das imposições editalícias de comprovação de patrimônio líquido mínimo e de prestação de garantia de execução, devendo a Administração escolher a melhor opção dentre as formas especificadas no § 2º do art. 31 da Lei de Licitações para a aferição da qualificação econômico-financeira da contratada para execução do objeto . 4. Nos contratos de terceirização, é vedado ao ente público praticar atos de ingerência na administração da contratada. Primeira Câmara 10ª Sessão Ordinária – 02/04/2019(TCE-MG - DEN: 951616, Relator.: CONS. SUBST . HAMILTON COELHO, Data de Julgamento: 02/04/2019, Data de Publicação: 15/04/2019)

Portanto, exigências que se aproximam dos limites máximos sem motivação específica para o caso concreto são vistas como restritivas, de modo que IMPUGNA-SE o presente EDITAL para que possa ser readequado, consoante os pedidos a seguir formulados

IV – DOS PEDIDOS FINAIS.

Diante de todo o exposto, a empresa **SETA SERVIÇOS** requer que esta respeitável Comissão de Licitação e o Senhor Pregoeiro recebam a presente impugnação para, no mérito, dar-lhe **PROVIMENTO**, determinando:

a) **A REAVALIAÇÃO DOS PERCENTUAIS** exigidos para o Capital Circulante Líquido e/ou a exclusão de sua exigência cumulativa com o Patrimônio Líquido, **reduzindo-os a patamares que garantam a segurança da Administração sem sacrificar a ampla competitividade;**

b) **SUBSIDIARIAMENTE**, caso mantidos os percentuais, que seja apresentada **FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA OBJETIVA NO ETP/TR**, mediante **ESTUDO QUANTITATIVO QUE DEMONSTRE A ESTRITA NECESSIDADE DOS REFERIDOS ÍNDICES PARA A MITIGAÇÃO DOS RISCOS ESPECÍFICOS DESTA CONTRATAÇÃO**, sob pena de a omissão ser objeto de questionamento judicial, por restrição ilegal à competitividade e



participação no certame, bem como por violação à transparência necessária, ora assegurada aos processos licitatórios.

c) A **REPUBLICAÇÃO DO EDITAL** com a reabertura do prazo para apresentação de propostas, caso a alteração afete a formulação das mesmas, nos termos do art. 55, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Termos em que pede e espera deferimento.

Campo Grande/MT, 03 de março de 2026.

SETA SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÕES LTDA
CNPJ/MF sob o nº 20.894.014/0001-03

DR. TIAGO A. SILVA
OAB/MT 18.241

